

## O DISPOSITIVO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Simone Moura Queiroz<sup>1</sup>

Antônio Carlos Carrera de Souza<sup>2</sup>

Grupo de Discussão: **GD12** – Educação Matemática e Inclusão

### Resumo

Esse artigo tem como proposta observar o dispositivo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob múltiplos olhares, dando ênfase a uma série de acontecimentos nacionais, muitos deles influenciados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas propostas de melhorias educacionais, que findou por consolidar essa modalidade de ensino. A EJA possui, dentre outros, um caráter político, devido ao seu intuito extinguir uma situação de exclusão, o analfabetismo, que assola o país desde seu período imperial, com quase noventa por cento da população composta por analfabetos, até o presente momento, que mesmo tendo menos de dez por cento, ainda não conseguiu alcançar seu objetivo (e meta de diversos planos nacionais) que é o de abolir o analfabetismo. Com isso desencadeou-se diversas reflexões pedagógicas. Utilizando Agamben e Deleuze para explicar o que Foucault tratou por dispositivo, observaremos as relações de poder que ocorrem na EJA, causando um processo de subjetivação, assim como as linhas de força que perpassam esse dispositivo, deixando marcas, criando agenciamentos, tendo a intenção de orientar, modelar, além de controlar condutas e opiniões, fazendo que nesse entre-lugar seja produzido um sujeito específico.

**Palavras-chave:** Dispositivo; Educação de Jovens e Adultos; História da EJA; Políticas Públicas Educacionais.

### Políticas públicas educacionais: Trajetória histórica da EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) até a sua consolidação como modalidade de ensino na educação formal, com o intuito de preencher as lacunas deixadas pelo sistema educacional, vivenciou uma série de acontecimentos nacionais. Sua história esta entrelaçada à história dos modelos econômicos e políticos, estritamente ligada à história das relações de poder de alguns grupos.

A respeito da terminologia Educação de Adultos, tem-se que foi uma postura da UNESCO<sup>3</sup> frente a uma área específica da educação, diferenciando-a da “educação

---

<sup>1</sup> UNESP – Rio Claro. [simonemq@hotmail.com](mailto:simonemq@hotmail.com)

<sup>2</sup> UNESP – Rio Claro. [accarreradesouza@gmail.com](mailto:accarreradesouza@gmail.com)

popular”, “educação não-formal” e “educação comunitária” (FRIEDRICH et al, 2010, p. 393)<sup>4</sup>

O esforço para a criação da UNESCO, cuja gênese encontra-se na Conferência de Ministros Aliados de Educação, em 1942, evidencia a necessidade sentida pelas autoridades governamentais e pela iniciativa privada dos países envolvidos na guerra de construir um cenário de estabilidade política que pudesse garantir a circulação de ideias, pessoas e mercadorias entre as várias regiões do mundo. (CHILANTE, 2010, p. 34)<sup>5</sup>

Segundo os estudos de Haddad e Di Pierro (2000), foi na década de 40 que inúmeras políticas educacionais de peso apareceram relacionadas à escolarização de jovens e adolescentes, como a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que incentivaram e realizaram estudos na área, além de obras dedicadas ao ensino supletivo, campanhas, congressos e seminários. Iniciando com isto a reflexão a respeito da educação voltada para este tipo de público (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

Até 1950 mais da metade da população brasileira ainda era analfabeta, pela falta de acesso à escolarização, mesmo tendo diminuído seu percentual que no primeiro recenseamento nacional, ocorrido durante o Império, em 1872, constatou que 82,3% dos brasileiros eram analfabetos (UNESCO, 2008)<sup>6</sup>, já na década 1910, no período pós-primeira guerra, influenciados por um fervor nacional, intelectuais, médicos e donos de indústrias, em parceria, criaram as “ligas nacionais” contra o analfabetismo, buscando erradicá-lo.

---

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, tendo como uma de suas atividades, assistir os países na formulação de políticas educacionais. Mais informações, disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330por.pdf>. Último acesso: 12/09/2112

<sup>4</sup> Ler GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:72V9MgWHhoAJ:www.utp.br/Cadernos\\_de\\_Pesquisa/pdfs/cad\\_pesq11/3\\_unesco\\_cp11.pdf+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiH2-V\\_eyJAB8VvWVv7IHCO7z-E84v1sGeGVWLBcdy6kvRcp2I8feXZMJEihWJvAh4Sdo8hYxum1h8ymZF\\_pqH7t0IDEgxL9Wa38mrNUGpBXde9eC8S-Fh9DsMQVVrxSCR9C\\_oBF&sig=AHIEtbSmUKvk9rcAfoLq1fFcGyLiF11Y3A](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:72V9MgWHhoAJ:www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq11/3_unesco_cp11.pdf+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiH2-V_eyJAB8VvWVv7IHCO7z-E84v1sGeGVWLBcdy6kvRcp2I8feXZMJEihWJvAh4Sdo8hYxum1h8ymZF_pqH7t0IDEgxL9Wa38mrNUGpBXde9eC8S-Fh9DsMQVVrxSCR9C_oBF&sig=AHIEtbSmUKvk9rcAfoLq1fFcGyLiF11Y3A).

Último acesso: 12/09/2112

<sup>6</sup> Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/37910332/alfabetizacao-de-jovens-e-adultos>. Último acesso: 12/09/2112

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial causou impacto profundo entre os intelectuais, reacendendo-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro, visando soluções para os grandes problemas da nação. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de lutas e a necessidade de organizar movimentos que atuariam na salvação do país buscando uma nova identidade nacional. Educação e saúde seriam apontadas como dois elementos que faziam parte da “receita de cura” dos males brasileiros dada pelos intelectuais da época, que se declaravam como únicos capazes de colocar o país nos “trilhos”, em direção ao progresso. (NOFUENTES, 2006, p. 2)<sup>7</sup>

Como se percebe esse movimento estava mais ligado à sociedade que tomou a frente ao Estado, para resolver o que julgavam ser o maior problema do país. De acordo com a constituição republicana há pouco estabelecida, adultos analfabetos eram impedidos de votar. Apesar da mobilização pública “o censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta.” (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 110). No entanto, a partir da década de 1920, a população elitizada passou a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente na oferta desse serviço. Em 1932, a elite intelectual, lançou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”<sup>8</sup> em que propunham uma reforma na educação nacional. A repercussão desse documento foi tamanha que foi incorporada a ideia de Plano Nacional de Educação (PNE) na Constituição Brasileira de 1934, além de dois artigos que faziam menção à educação.

O art.150 declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País". Atribuía, em seu art.152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a “elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais”. (PNE, 2000, p. 6)<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vanessa%20Carvalho%20Nofuentes.pdf>. Último acesso: 12/09/2112

<sup>8</sup> Mais informações a respeito do manifesto: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584, disponível em:

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf) Último acesso: 12/09/2112

<sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Último acesso: 12/09/2112

Com isso foi firmado constitucionalmente a educação como um direito de todos e dever do Estado, além da responsabilidade do setor público com a manutenção e o desenvolvimento da educação.

Entretanto, é apenas na década de 1940 que segundo os estudos de Haddad e Di Pierro (2000), houveram mudanças na educação voltada para os adultos, com grandes iniciativas políticas e pedagógicas de peso, como a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que incentivaram e realizaram estudos na área, além de obras dedicadas ao ensino supletivo, campanhas<sup>10</sup>, congressos e seminários. Iniciando com isto a reflexão a respeito da educação voltada para este tipo de público (DI PIERRO *et al.*, 2001).

Nos anos 1950, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, as proposições de Paulo Freire serviram de inspiração para as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001). Em 1958, um evento veio a se constituir um marco histórico para a área: O Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde Paulo Freire e um grupo de educadores pernambucanos apresentaram e defenderam um relatório intitulado “A Educação de Adultos e as Populações Marginais - o problema dos Mocambos”, que defendia e propunha uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, à participação e a responsabilidade social e política.

Segundo Paiva (2003), o trabalho desse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partido da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação. Di Pierro, Joia e Ribeiro, escrevem a respeito deste momento educacional:

O paradigma pedagógico que então se gestava preconizava com centralidade o diálogo como princípio educativo e a assunção, por parte dos educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. (2001, p. 58)

---

<sup>10</sup> Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Eles elaboraram materiais didáticos para adultos, além da realização de eventos na área, buscando um ensino melhor.

Paulo Freire foi convidado pelo recém-empossado ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, do governo de João Goulart, para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), promulgado através de Decreto 53.465 em 21 de janeiro de 1964, que tinha como objetivo alfabetizar cinco milhões de brasileiros até 1965, utilizando seu método de ensino, além de construir um processo de conscientização e organização política da população de baixa-renda.

Através desse plano, tornou possível legitimar, sua concepção de alfabetização como um ato de conhecimento criador em que o alfabetizando é o sujeito do seu processo de alfabetização. Todavia, em 14 de abril, do mesmo ano, este programa foi extinto pelo governo militar. (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

Em contrapartida, nos anos 1970, teve início o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), paralelo aos outros programas, independia de verbas orçamentárias, sendo sua presidência ao economista Mário Henrique Simonsen e o apoio do ministro da educação Jarbas Passarinho, que passaram a mobilizar a opinião pública e propagandear-lo junto aos empresários.

Estávamos em 1970, auge do controle autoritário pelo Estado. O MOBRAL chegava com a promessa de acabar dez anos com o analfabetismo, classificado como “vergonha nacional” nas palavras do presidente militar Médici. Chegou imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. As argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias. Havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio nas oposições, intensa campanha da mídia. Foi o período de intenso crescimento do MOBRAL. (HADDAD, DI PIERRO, 2000, pp. 115-116).

Com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, o MOBRAL é extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR, com características semelhantes, porém fez parte do ministério da Educação. E na constituição Federal de 1988, a EJA passou a ser reconhecida, não apenas o Governo Federal como toda sociedade civil se juntariam para erradicar o analfabetismo em 10 anos.

A ONU declarou o ano 1990 como “Ano Internacional da Alfabetização”<sup>11</sup>, realizando em diversos países debates, congressos, encontros, seminários com propostas

---

<sup>11</sup> Ler mais sobre isso, disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12209/1/Ano%20Internacional%20da%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%201990%20-%20Alfabetismo%20Funcional%20e%20P%C3%B3s-Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf> Último acesso: 15/09/2112

para erradicação do analfabetismo, promovidos por entidades governamentais e não governamentais. É lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), visando reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos 5 anos seguintes (MACHADO, 1998)

Nesse mesmo ano a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou um relatório<sup>12</sup>, que foi publicado no Brasil em 1996 e apresenta como proposta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas três dimensões: renda, longevidade e educação que está baseado no ideal do desenvolvimento humano. Neste ínterim dois pontos passam a serem considerados fenômenos multidimensionais das políticas públicas, o bem-estar e a redução da pobreza mundial.

Logo, o IDH reflete o desenvolvimento segundo a ótica de outros parâmetros, em vez de se utiliza apenas o da renda *per capita*. Possuindo três dimensões:

1. Longevidade (esperança de vida) – refere-se às condições de saúde da população, medida pela esperança de vida;

2. Renda (PIB *per capita*) – analisa o custo de vida local, a partir da soma da renda dos moradores de uma determinada região, dividindo-se em seguida o resultado pelo número total de habitantes;

3. Educação (alfabetização) – é a média ponderada entre a taxa de alfabetização de adultos (2/3) – 15 anos ou mais capazes de ler e escrever um simples bilhete – e a taxa de frequência (1/3) – matrícula nos níveis fundamental, médio e superior.

Nesse mesmo ano de 1996, no Brasil, houve uma nova virada na luta pelo direito à educação de jovens fora de faixa e adultos, com o FUNDEF (Fundo de Valorização do Ensino Fundamental), em que parte do Fundo seria utilizada para manutenção e para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público. Neste ano também foi aprovada no Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que implementou o direito à Educação de Jovens e Adultos. Durante as décadas anteriores a EJA foi configurada somente como Educação de Adultos, com a LDB ocorre uma redução na idade mínima permitida para 14 anos completos, acelerando com isso a certificação.

Nesse contexto, a suplência passou a constituir-se em oportunidade educativa para um largo segmento da população, com três trajetórias escolares básicas: para os que

---

<sup>12</sup> Através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), percebeu-se que o desenvolvimento humano, passou a ganhar importância mediante ao crescimento econômico, o foco principal.

iniciam a escolaridade já na condição de adultos trabalhadores; para adolescentes e adultos jovens que ingressaram na escola regular e a abandonaram há algum tempo, frequentemente motivados pelo ingresso no trabalho ou em razão de movimentos migratórios e, finalmente, para adolescentes que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas acumularam aí grandes defasagens entre a idade e a série cursada. (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001, p. 8)

Todavia, logo após a aprovação da LDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou esse direito dado à EJA, destinando-a à iniciativa privada, através do Programa Alfabetização Solidária, remetendo os direitos educativos das pessoas jovens e adultas a esfera da filantropia. (QUEIROZ, 2010)

Todavia, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva a EJA voltou a ser responsabilidade pública, com a criação, em julho de 2004, de uma nova secretaria do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Assim como em 2006, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), que diferente do FUNDEF, extinto nesse mesmo ano, e que permitia investimentos apenas no Ensino Fundamental nas modalidades regular e especial, o FUNDEB proporciona a garantia de recursos para acesso a Educação Básica para todos os brasileiros (desde a creche até final do Ensino Médio) inclusive àqueles que não tiveram acesso à educação em sua infância. (QUEIROZ, 2010).

Apesar dos compromissos assumidos em 1990, em prol da alfabetização, não terem sido atendidos, houve alguns progressos significativos. Dados colhidos recentemente no portal do IBGE<sup>13</sup> demonstram que houve uma queda percentual considerável em relação ao analfabetismo entre o período de 1995 (com 15,6%) e o mais recente de 2009 (com 9,7%). “As metas não alcançadas até 2000 foram postergadas para 2015. Dentre elas, encontra-se o compromisso de restabelecer em 50% a melhoria nos níveis de alfabetização de adultos até 2015.” (VIEIRA, 2006, p. 300)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD365&t=taxa-de-analfabetismo-de-pessoas-de-15-anos-ou-mais-de-idade-por-grupos-de-idade>> Consultado dia 21/08/2012

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.ufmg.br%2Fspace%2Fbitstream%2F1843%2FHJPB-6VZL86%2F1%2F2000000111.pdf&ei=X-5UUMmqOojm8QTOwYDwAg&usg=AFQjCNHUhJHRM3SfouzgpKmdMf0368Wuw>> Consultado dia 15/09/2012

### **“Arquitetando” um dispositivo**

Segundo Agamben (2009), dispositivo é um termo técnico e essencial do pensamento de Foucault, é onde em seu interior ocorrem as relações de poder, implicando com isso um processo de subjetivação, produzindo a partir daí o seu sujeito.

Los dispositivos de Foucault, llamo dispositivo a todo aquello que tiene, de una manera u otra, La capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivos. (AGAMBEN, 2011, p. 257)

Complementando a descrição de dispositivo de Agamben, temos com isso que...

Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. (DELEUZE, 1990, p. 3)

Tanto Deleuze quanto Agamben nos trechos citados estão se referindo as linhas do (de todos, de cada) dispositivo, material ou imaterial, em que ao se entrar em local, independente de qual seja, e essas linhas existem, aquele é um dispositivo. “E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam em outro dispositivo.” (DELEUZE, 1990, p. 4). Considerar com totalidade a sala de aula, a escola, a instituição, não nos interessa, entretanto considerá-las como singulares, ou seja, a sala de aula do 1º ano A é tomá-la com dispositivo. Pois, a regra número um do dispositivo é não pode ter totalidade.

Duas consequências importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. (DELEUZE, 1990, pp. 3-4)

---



Pois, mesmo havendo várias escolas, não teria como identificar a escola como dispositivo, mas sim uma escola (em meio a tantas outras), pois as linhas que a subjetivam, não são as mesmas pelas quais outra escola, mesmo sendo da mesma rede de ensino, é subjetivada. As “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 18), se diferem.

A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é uma mudança de orientação que se separa do eterno para apreender o novo. O novo não se designa a suposta moda, mas, pelo contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos. (DELEUZE, 1990, p. 4)

Por isso não é estático, está sempre em movimento é onde perpassa um conjunto multilinear, sendo essas linhas de natureza distintas, e que “seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras.” (DELEUZE, 1990, p. 155), em que nesse pode-se identificar as *subjetivações* e as linhas de forças (FOUCAULT, 2006).

Agamben (2009) resume o dispositivo em três pontos, são eles:

- É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre estes elementos.
- O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber. (p. 29)<sup>15</sup>

Esse sistema de subjetivações do dispositivo atua nas relações, estruturas e jogos de poder, por ter “a capacidade de capturar, de orientar, de determinar, de interceptar, de modelar, de controlar e de assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (*ibidem*, p.12).

Temos também que “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 2010, p. 138), elementos esse que englobam, dentre outros, o espaço físico (por exemplo, a sala de aula), as instituições (de ensino), as leis que o rege (o estatuto), os discursos (em sala e fora

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/79951245/O-que-e-o-contemporaneo-e-outros-ensaios>  
Consultado dia 10/09/2012

dessa), as decisões, a classificação (notas, a caderneta do professor) e as relações que há entre eles.

Sendo a modalidade EJA nosso dispositivo, como foi apresentado, em que o que atrai, o identificar, o que fez se tornar o que é no momento, entendendo que está em constante transformação, distinguindo-se de outras modalidades de ensino. Sendo composta por pessoas marcadas pela exclusão social, que trazem consigo histórias e culturas próprias, que se encontram no entre-lugares, que segundo Bhabha (1998) é um terceiro lugar, que se trata de uma hibridação entre o lugar do *um* (dominante) e o lugar do *outro* (dominado). Esse entre-lugar remete ao novo, rompendo com o continuum presente-passado, é o local da reação daqueles anteriormente subjugados, estabelecendo uma nova relação entre dois grupos opostos, o dominante e o dominado, trazendo consigo suas marcas (GUATTARI, DELEUZE, 2010).

E essa multiplicidade, diferenças, variações, que ocorre na EJA, embora sejam expressões do mesmo grupo de “evadidos ou excluídos da escola” que “carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência.” (Arroyo, 2005, p. 24), segundo Deleuze (1992) jamais deverão ser unificadas.

### **Referências Bibliográficas**

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- \_\_\_\_\_. **¿Qué es un dispositivo?**. In: *Sociológica*, año 26, número 73, pp. 249-264 mayo-agosto de 2011.
- ARROYO, M. G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In SOARES, G. e GOMES (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRASIL. MEC/Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n.15, de 1º de jun. de 1998.
- BRASIL/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC, 1998
- CHILANTE, E. F. N. **Unesco e educação de adultos no Brasil**.
- DECLARAÇÃO DE HAMBURGO e AGENDA PARA O FUTURO. **Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Hamburgo, Alemanha: UNESCO, 1997
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, Filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Conversações**, Rio de Janeiro: editora 34, 1992.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS).
- \_\_\_\_\_. **O anti-Édipo - Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad. Georges Lamazière. São Paulo: Ed. 34, 2010. (Coleção TRANS)

- DI PIERRO, M. C. **Descentralização, Focalização e Parceria: Uma Análise das tendências nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.** Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo: v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez., 2001.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Caderno Cedes**, Campinas, SP, n. 55, 2001.
- FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos. Vol 5)
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio-ago 2000, p.108-130.
- HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2000.
- MACHADO, M. M. **A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21, 1998, Caxambu. Trabalhos apresentados... São Paulo: ANPED, 1998.
- PAIVA, V. **História da Educação popular no Brasil** – Educação Popular e Educação de Adultos. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- QUEIROZ, S. M. **A aprendizagem de matemática por alunos adolescentes na modalidade Educação De Jovens e Adultos: analisando as dificuldades na resolução de problemas de estrutura aditiva.** Dissertação de mestrado em Ensino das Ciências. UFPE, 2010.
- VIEIRA, M. C. **Memória, história e experiência: trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil.** Tese de doutorado em Educação. UFMG, 2006.